

A intervenção em comunidades: a importância da metodologia ABCD na prática dos assistentes sociais com pessoas em situação de sem-abrigo.

Community intervention: the importance of the ABCD methodology in the practice of social workers with homeless people.

Eduardo J. Marques*

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt**

Resumo:

Este artigo apresenta uma metodologia ativa de trabalho aos Assistentes Sociais, no atendimento às pessoas em situação de sem-abrigo. Através de pesquisa bibliográfica e do trabalho de campo, apresenta uma reflexão crítica e contextualizada para a intervenção em comunidades através da metodologia ABCD, aplicada por muitos (as) dos autores (as) e pesquisadores (as) referenciados (as), que a experienciaram e compartilham seus conhecimentos e desafios para a inclusão como abordagem eficaz junto dos (as) sem-abrigo, potenciando a atuação e o fortalecimento da própria comunidade. Objetivou-se mostrar que a intervenção com a metodologia ABCD é capaz de promover mudanças através da ampliação de novos conhecimentos, articulação política e comunitária, para o enfrentamento das questões sociais, que afetam sobremaneira as populações empobrecidas pela escassez cada vez maior de alimentos, moradia, saúde e segurança. As reflexões e proposições servem como suporte para pensar a intervenção/práxis dos (as) assistentes sociais frente às demandas dos (as) sem-abrigo. Este é um campo de trabalho muito antigo do Serviço social. Mas que, diante dos desafios atuais, é cada vez mais necessário buscar a atualização da atuação profissional. Trabalhar para garantir moradias seguras e socialmente justas para a humanidade, é um grande e urgente desafio a ser encarado pela profissão no pós-pandemia covid-19.

Palavras-chave: serviço social; direito à moradia; metodologia ABCD.; pessoas em situação de sem-abrigo; intervenção em comunidade.

Abstract:

This article presents an active methodology for Social Workers to work with people who are homeless. Through bibliographic research and field work, it presents a critical and contextualized reflection for intervention in communities through the ABCD methodology, applied by many of the authors and researchers referenced, who have experienced it and share their knowledge and challenges for inclusion as an effective approach to deal with homeless groups, enhancing the performance and strengthening of the community itself. We aim to show that intervention with the ABCD methodology is capable of promoting changes through the expansion of new knowledge, political and community articulation, to face social issues, which greatly affect impoverished populations due to the increasing scarcity of food, housing, and health. and security. The reflections and propositions serve as a support for thinking about the intervention/praxis of social workers in the face of the demands of the homeless. This is a very old social work field. But that, in the face of current challenges, it is increasingly necessary to seek to update professional performance. Working to ensure safe and socially fair housing for humanity is a great and urgent challenge to be faced by the profession in the post-COVID-19 pandemic.

Keywords: social work; right to housing; ABCD methodology; homeless people; community intervention.

* Doutorado em Serviço Social pela Universidade Complutense de Madrid, professor na Universidade dos Açores e investigador do CLISSIS - Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social.

** Doutoranda do PPGSS-UFSC em Serviço Social, Florianópolis. Doutorando do PPGDU-URI em Educação, câmpus de Frederico Westphalen.

Introdução

A metodologia ABCD (Asset-Based Community Development) foi desenvolvida nos finais dos anos de 1980 por John P. Kretzmann e John McKnight após décadas de trabalho e investigação em desenvolvimento comunitário. Em 1993, estes autores publicaram o livro “Building Communities from the Inside Out: A Path Toward Finding and Mobilizing a Community’s Assets”, em que estabelecem os princípios e práticas das abordagens baseadas em ativos. Em 1995 foi criado o instituto ABCD que visa manter vivo o legado dos autores e produzir recursos práticos e ferramentas que facilitem o trabalho dos profissionais do desenvolvimento comunitário na utilização da metodologia ABCD na mobilização e intervenção nos bairros e comunidades marginalizadas.

A metodologia ABCD – Asset Based *Community Development* é um termo que foi traduzido livremente para o Português pelos autores deste artigo como “Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos”. A opção por traduzir asset como ativo explica-se porque asset é um “ativo” e também “uma qualquer qualidade útil e positiva.” (DICIONÁRIO ..., 1998, p. 41).

Este artigo apresenta a visão e a experiência dos autores enquanto assistentes sociais e investigadores com a metodologia ABCD, na sua utilização com comunidades de pessoas em situação de sem-abrigo. O referido conceito [pessoas em situação sem-abrigo] muito utilizado em Portugal refere-se à situação temporária de pessoas que residem na rua [moradores de rua] porque estão sem casa no período das suas vidas, mesmo que transitoriamente.

Esta metodologia tem sido aplicada com muito sucesso em todo o mundo, mas de forma mais sistematizada no mundo anglo-saxónico. Em Portugal e no Brasil existem algumas boas experiências que puderam escalar a partir da publicação do livro “Desenvolvimento Comunitário Baseado em Talentos e Recursos Locais” de Neumann e Neumann (2004).

A intervenção em comunidades, sejam geográficas, sociais, educativas, ou culturais é sempre um processo complexo e exigente, porque deve ser guiada por práticas democráticas de escuta, diálogo e negociação, feita de forma participativa, co-construída coletivamente e orientada por princípios emancipatórios que potencialize a transformação social através do fortalecimento das pessoas e das comunidades.

Kretzmann e McKnight (1993, p. 3, tradução nossa) fazem um alerta sobre o foco da sociedade para o modelo de trabalho que só vê problemas, disfuncionamentos, deficiências, que generaliza e exacerba os problemas das comunidades pobres e dos bairros urbanos de

baixa renda, tornando-os lugares de não pertença porque os moradores passam a acreditar que seu bem-estar depende de ser “um cliente, um consumidor do sistema”. “Eles começam a se ver como pessoas com necessidades especiais que só podem ser atendidas por pessoas de fora” (KRETZMANN; MCKNIGHT, 1993, p. 2, tradução nossa).

Ao invés os “clientes sociais” podem perceber-se como pessoas com potencialidades e capacidades de luta e de transformação social. Para os autores, esse modelo assente nos aspectos negativos, nas fraquezas e nas deficiências, transmite à sociedade em geral imagens que são “esmagadoramente negativas” como imagens de crime e violência, de desemprego e dependência social, de gangues, drogas, pessoas sem-abrigo, de terras vazias e edifícios abandonados.

Não há nada natural ou inevitável no processo que leva à criação de bairros clientes. Na verdade, é importante notar quão pouco poder os moradores do bairro local têm para afetar a natureza generalizada do modelo de deficiência, principalmente porque uma série de instituições, das mais influentes da sociedade, desenvolveram elas próprias uma aposta na manutenção desse foco. Por exemplo, grande parte da pesquisa científica produzida pelas universidades é projetada para coletar e analisar dados sobre problemas (KRETZMANN; MCKNIGHT, 1993, p. 3, tradução nossa)

Como resposta a esse modelo de atendimento público baseado na deficiência, as pessoas em situação de rua (consumidores de serviço) concentram grandes quantidades de criatividade e inteligência para a sobrevivência individual, porque não veem incentivo para serem produtores de bens e serviços coletivos.

Frente a esse círculo vicioso mencionado por Kretzmann e McKnight (1993), Neumann e Neumann (2004) propõem uma abordagem colaborativa que pressupõe: construir juntos, deixando de lado os preconceitos e interesses individualistas. Os autores afirmam que fortalecer o indivíduo para a sua autonomia significa fortalecer o Capital Social da comunidade que pode acolher as pessoas em situação de rua. Para eles, é necessário desenvolver uma comunidade colaborativa e inclusiva que permita “conhecer o outro lado”.

[...] ao identificarem os recursos locais, os moradores passam a reconhecer o potencial de sua comunidade e começam a estabelecer novas conexões, fortalecer as já existentes, entre os indivíduos, seus grupos e instituições locais, assim como entre esses atores, e as causas que são importantes para o desenvolvimento daquela comunidade (NEUMANN; NEUMANN, 2004, p. 23).

Quando olhamos e pensamos um território, os elementos centrais de uma comunidade incluem *in situ* ou um senso de lugar, compartilhando interesses ou perspectivas

comuns, ação conjunta que resulta numa fonte de coesão e identidade, em laços sociais que são a base para a comunidade, assim como a diversidade de complexidades sociais dentro das comunidades que são uma riqueza de culturas e saberes (BEZBORUAH, 2021, p. 1). Assim, a inclusão social de pessoas em situação de “sem-abrigo”¹ passa por conhecer bem as comunidades e perceber as representações sociais existentes por parte de outras pessoas que ali convivem, no sentido de avaliar a sua capacidade de mudança na construção de um território solidário e inclusivo que abrace a diferença e fortaleça-se para a exigência de políticas públicas que lhes atendam em sua totalidade.

Para tal, é necessário um novo olhar sobre as comunidades periféricas, não como uma lista quase infinita de problemas e necessidades, dado que esta lógica conduz a uma intervenção social muito fragmentada na operacionalização de soluções, e nega a sabedoria e a capacidades da comunidade na construção coletiva de soluções para os problemas da própria comunidade Kretzmann e McKnight (1993).

Um dos maiores desafios que as comunidades enfrentam hoje é saber como estabelecer pontes entre diferentes indivíduos, porque isso, segundo Harms (2021) é necessário para aumentar a consciência comunitária e para identificar onde estão localizados, nas comunidades, os recursos que são necessários para resolver os problemas coletivos.

Kretzmann e McKnight (2005) defendem que o desenvolvimento comunitário é co-construído através do desenvolvimento de relações significativas entre todos os atores sociais tendo em vista a transformação social. Ele resulta de uma vontade interior e partilhada de mudança. A criação de uma comunidade solidária passa pela afirmação da democracia e da participação de todos (as) na construção de redes de apoio solidário.

Uma intervenção eficaz com pessoas em situação de sem-abrigo, por parte do Estado, das instituições e das organizações locais, deverá sempre ser feita numa perspectiva de desenvolvimento, orientada para a mudança com foco na emancipação social, na promoção dos direitos humanos, tendo como objetivo a superação das desigualdades sociais. Em muitos países e cidades a intervenção realizada com as pessoas em situação de sem-abrigo é de cariz assistencialista, fragmentada, firmada na lógica das necessidades e do poder. O fato de muitas das organizações que trabalham neste âmbito estarem integrados em uma rede institucional,

¹ Neste trabalho optou-se pela nomenclatura “sem-abrigo” para fazer referência às pessoas que vivem nas ruas, os sem-teto, desabrigados, moradores de rua, pessoa em situação de rua, mas não somente, foi identificado também aqueles (as) que não tem um lugar de moradia fixo e dependem da comunidade para a acolhida e sobrevivência, mesmo que sazonalmente.

não significa que trabalhem de forma colaborativa, integrada e/ou muito menos eficaz. Visto que baseiam-se num paradigma de controle social que muitas vezes não valoriza a cidadania, a participação, os aspectos positivos e afetivos da população com que trabalham.

Em praxis cotidianas percebe-se que muitas das redes institucionais existentes estão focalizadas em dar resposta imediata aos problemas e necessidades básicos de sobrevivência. Contudo, não visam a organização social para a promoção de direitos, ou a promoção no acesso aos direitos fundamentais dos quais os (as) pessoas sem-abrigo se encontram excluídas. Tal situação fragiliza as pessoas em situação de sem-abrigo, porque deixam eles (as) de serem cidadãos para se converterem em “clientes e/ou usuários”, utentes de instituições e serviços ou mesmo “rotulados (as)” como um problema, não tendo estes (as) nenhum incentivo para serem autônomos, autossuficientes e libertos da dependência das respostas sociais institucionais.

Marques² (2016) defende a metodologia ABCD (Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos) como uma estratégia exitosa de intervenção e trabalho aplicado no âmbito do serviço social, na intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo. Para o autor, com a metodologia ABCD os (as) assistentes sociais adquirem conhecimentos que resultam em boas práticas fundamentadas nas razões que conforme enunciado:

- estar focalizada no (a) cidadão;
- focalizar-se nos pontos fortes das pessoas e da comunidade;
- realçar o poder dos relacionamentos;
- permitir a construção de oportunidades;
- integrar os princípios do desenvolvimento econômico da comunidade.

A procura de uma metodologia para o serviço social que esteja mais centrada na comunidade justifica-se com base na literatura científica atualmente disponível, mas também,

² Em um estudo inédito Marques percorreu Coimbra nos dias 30 e 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 2013 passando por todas as organizações sociais (dormitórios, refeitórios, serviços, equipas de rua etc.) integrantes da rede PISAC, bem como nas ruas, parques de estacionamento, edifícios ocupados, devolutos etc., onde foi possível localizar 257 pessoas sem-abrigo, das quais 175 concordaram em ser entrevistadas e tendo resultado válidas 174 entrevistas. O estudo teve a finalidade de contabilizar e caracterizar a população sem-abrigo para conhecer quem são os sem-abrigo em Coimbra, suas características sociodemográficas, características psicossociais, sintomatologia depressiva, objetivos de vida e percepção de apoio social, visando dispor de um maior conhecimento das suas situações e necessidades e, assim, poder melhorar a intervenção social orientada às pessoas em situação de sem-abrigo (MARQUES, 2016, p. 8).

porque as abordagens mais dominantes perpetuam a situação de exclusão social das pessoas sem-abrigo e não estão a resolver os problemas de forma eficiente.

A complexidade do trabalho com pessoas em situação de sem-abrigo

Trabalhar os contextos da pobreza na sociedade de risco é sempre um desafio complexo para os (as) assistentes sociais. Marques e Schmitt (2021, p. 608) alertam que “nas duas últimas décadas, as questões sociais e ambientais, diretamente ligadas à qualidade de vida, se agravaram” em todos os aspectos. Portanto, é necessário estar atento para os riscos e ineficiência de um trabalho com pessoas sem-abrigo demasiado focalizado no (a) indivíduo e com pouca intervenção na família, na comunidade em correlação com o mundo que os rodeia.

De acordo com Hwang *et al.* (2009) existe uma dualidade entre o apoio social comunitário e o apoio institucional disponível aos sem-abrigo. Explicam os mesmos autores que o apoio social na forma de redes sociais informais têm um impacto positivo na saúde e no bem-estar das pessoas sem-abrigo. Porque esse modelo permite maior reciprocidade na recepção do apoio social e firma-se como de grande importância para as pessoas, criando significados, estimulando papéis sociais e processos de controle social informal.

Entretanto, o apoio social prestado através de instituições sociais não tem o mesmo efeito. Já que este tipo de apoio resulta de uma obrigação profissional dirigida aos usuários (as) que pode ser vista por eles como a perda da liberdade. Estas conclusões estão em linha com Reitzes *et al.* (2011), que afirmam que o apoio social dado pelos serviços sociais pode ser percebido como menos desejável que o apoio dado pela família, amigos, vizinhos ou redes de proximidade. Daí a necessidade de o serviço social adensar sua metodologia de trabalho para o atendimento mais humanizado, contextualizado, individualizado e democrático no atendimento às pessoas sem-abrigo.

É importante ressaltar que, atendendo ao efeito de “amortecedor” do apoio social tradicional, torna-se necessário ir além da adoção de estratégias eficazes ao nível do apoio social. É urgente a implementação de estratégias que permitam romper os circuitos da exclusão causada pela situação de ser sem-abrigo. Para tal, são necessárias políticas públicas que passem pela inclusão habitacional, social e comunitária. Nesse caso, uma opção

metodológica em termos do serviço social focada na ABCD apresenta-se como uma boa solução para potencializar a autonomia individual e a mudança social na comunidade.

O Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos enquanto metodologia (McKNIGHT, 2014) de trabalho por projetos na comunidade, desenvolvido desde 1993 por John Kretzmann e John McKnight mostrou ser uma alternativa ao modelo de desenvolvimento tradicional e dominante focado nas necessidades.

Segundo Cunningham e Mathie (2002) a metodologia ABCD é robusta porque foi construída a partir de um conjunto de ideias desenvolvidas com base na investigação apreciativa (*Appreciative inquiry*) do capital social, do desenvolvimento participativo, do desenvolvimento econômico comunitário e da cidadania ativa enquanto reforço da sociedade civil.

De acordo com o Central Coast Community Congress Working Party (2003, p. 6)

A ABCD é uma ferramenta usada para o desenvolvimento de uma comunidade que se concentra em identificar e utilizar os ativos, talentos e pontos fortes da comunidade, em vez de enfatizar os problemas, as necessidades e os déficits. Entende-se que incidindo sobre os ativos positivos ajuda-se a construir a comunidade, dando aos moradores (as) esperança e uma visão positiva de si.

Eduardo Marques (2016) reconhece que o apoio social é facilitado e torna-se mais eficaz quando são adotadas estratégias positivas e participativas. Para isso é necessário investimento pessoal para o desenvolvimento de relacionamentos afetivos com pessoas sem-abrigo dotadas de potencial e com vários talentos, nem sempre visíveis, mas que podem ser descobertos e trabalhados durante a relação de apoio social. O referido autor afirma que muitas das pessoas em situação de sem-abrigo são capazes de se envolverem em projetos comunitários, agindo como protagonistas e não como pessoas com necessidades e debilidades. Através da participação ativa de pessoas sem-abrigo em projetos potenciadores do capital social e cultural, desenvolve-se um processo de estímulo à superação de dificuldades de determinada comunidade, e de prevenção da descapacitação individual ou social do indivíduo.

De acordo com o Toronto Community Food Animators (2008, p. 3, tradução nossa) no livro "*Community Garden Handbook*" a ABCD está fundamentada em três características que são:

1. Está baseado em ativos, isto é, assenta na valorização dos talentos e competências pessoais dos indivíduos, das associações, instituições locais, na economia e ecologia de um bairro ou comunidade;
2. Está focalizado internamente, isto é, a estratégia de desenvolvimento focaliza-se nos interesses e na capacidade de resolução de problemas pelos(as) residentes locais, pelas associações e instituições locais;
3. Está orientada para os relacionamentos, isto é, desenvolve e fortalece ações que reforcem as relações entre os (as) moradores (as), associações e instituições locais.

Na implementação de um processo ABCD, precisa-se levar em consideração cinco ativos, pois a chave do sucesso é utilizar tudo o que já existe na comunidade para o desenvolvimento de ações colaborativas e projetos. O que se pretende é implementar um processo de desenvolvimento conduzido pela comunidade, em vez de ser conduzido por organizações externas. De acordo com (KRETMANN; MCKNIGHT, 2005, p. 5-13 tradução nossa) os ativos/recursos a serem identificados numa comunidade são:

1. Os Indivíduos – são os residentes de determinada comunidade que têm talentos, habilidades específicas, coisas para oferecer e que devem ser recrutados no trabalho de construir a comunidade.
2. As Associações – são pequenos grupos formais ou informais de pessoas que trabalham voluntariamente em conjunto com vista a objetivos comuns.
3. As Instituições – são a administração local, empresas e organizações comunitárias nas quais trabalham profissionais remunerados e que têm recursos e conhecimentos que podem ser mobilizados no apoio à construção coletiva de uma comunidade.
4. Os Ativos Físicos – são a ecologia, os fundos, a infraestruturas (terrenos e edifícios) de um bairro/comunidade que podem ser usados no desenvolvimento local.
5. Os ativos econômicos locais - são as empresas locais e organizações bancárias, que podem doar, divulgar e apoiar o trabalho da comunidade de infinitas maneiras utilizando os seus próprios recursos.

A identificação de ativos deve estar presente no cotidiano dos assistentes sociais que trabalham com as vulnerabilidades das comunidades, especialmente no caso de atendimento e da advocacia na defesa dos direitos das pessoas sem-abrigo. O trabalho com pessoas em situação de sem-abrigo requer conhecimentos profissionais especiais como: conhecer os recursos pessoais de cada um, as competências e os talentos para potencializar o desenvolvimento de relações entre eles e fomentar a criação de redes e parcerias com organizações da comunidade. Tudo isso com o propósito de aumentar o potencial do capital social gerado pelo aprofundamento das relações interpessoais e sociais.

De acordo com Irwin *et al.* (2008) não está claro se o conceito de capital social pode ser aplicado às populações vulneráveis da mesma maneira que à população em geral. A investigação realizada pelo autor e sua equipe aponta para a limitada possibilidade do capital

social poder melhorar a vida das pessoas sem-abrigo quando as suas redes são pobres em recursos. Segundo esses autores, apesar de ainda existirem poucos estudos sobre a importância do capital social entre pessoas sem-abrigo, a maior parte da pesquisa realizada a partir de 1980 demonstrou que os (as) sem-abrigo têm afiliações suficientes, contudo, os laços muitas vezes estão fragilizados e insuficientes para ultrapassar a sua condição de vulnerabilidade e a possibilidade para inseri-los (as) na comunidade/família.

Daí a importância do apoio social, que não sendo necessariamente uma proteção contra a situação de sem-abrigo, pode funcionar como uma rede protetora contra eventos estressantes resultantes da situação de sem-abrigo (SOLARZ; BOGAT, 1990). O problema reside talvez na gravidade da situação econômica vivida pelos sem-abrigo que segundo Irwin *et al.* (2008) diminui os possíveis efeitos positivos dos laços sociais.

A rede de apoio social com uma dimensão comunitária torna-se cada vez mais necessária de mobilização diante do agravamento das questões econômicas e sociais mundiais vivenciadas nos anos de 2020, 2021 e 2022, provocadas pela pandemia de covid-19. Quanto ao Brasil, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicado em 08/04/2021 “o número de cidadãos que vivem abaixo da linha da pobreza triplicou em seis meses, e atinge cerca de 27 milhões de pessoas, 12,8% da população brasileira” (COUTO, 2021, p. 1). A falta de políticas públicas e a demora das vacinas contra a covid-19 são as maiores causas e agravantes desse cenário de fome e morte no Brasil, considerado ainda, o pior momento das últimas décadas.

Diante dessa amarga crise humanitária, o Estado reluta em oferecer políticas públicas eficientes para o apoio dessa grande massa populacional que vive abaixo da linha da pobreza. Percebe-se que as ações propostas pelo governo para atender às pessoas em vulnerabilidade social desconsideram as reais situações vividas pelos cidadãos e as possibilidades de acesso aos bens e serviços públicos. Diante do agravamento da exclusão social muitas pessoas acabam recorrendo ao apoio social da comunidade para que, em colaboração, consigam acessar ao auxílio básico e emergencial a fim de adquirir a subsistência básica da família. O que comprova a necessidade e urgência de apoio social e fortalecimento das comunidades em situações de crise.

Sabe-se que a crise econômica brasileira aumentou nos últimos cinco anos e gerou o aumento do desemprego que atualmente atinge milhões de brasileiros (as). A aliança das desregulamentações trabalhistas e a perda dos direitos sociais são políticas de governo que

começaram a ser emplacadas desde agosto de 2016 no Brasil. Ao passo em que se esvaziaram as políticas públicas de proteção ao meio ambiente, aos povos indígenas, aos quilombolas, aos sem-abrigo, à população LGTB, às mulheres, esses que foram os mais afetados com a carência de recursos e de aportes de educação, saúde e amparo social. Pode-se dizer que foi um boicote vindo de todos os lados que atingiu os brasileiros (as). A própria estrutura governamental atuou em várias frentes para a desorganização social através de mentiras, propagandas enganosas e *Fake News*, visando implantar um sistema de reformas econômicas de exploração trabalhista voltadas à garantia do monopólio empresarial e bancário, atuando para a dissipação das organizações populares e para o desmonte dos sindicatos. Esses pensamentos retrógrados com “negação da ciência e postura anti-vacina causaram milhares de mortes durante a pandemia” (FURLAN; CARAMELLI, 2021, p. 2). Em resumo, devido a ideologia política sem critério científico e voltada aos interesses escusos, vive-se um período de desconstrução de direitos e de políticas públicas na área social que se refletem nas ruas das cidades brasileiras.

Do ponto de vista do serviço social, a ABCD oferece um enquadramento metodológico aos assistentes sociais que pode ajudar no desenvolvimento de um trabalho de mobilização e organização comunitária focado na mudança e eficaz na melhoria de vida de pessoas em situação de sem-abrigo.

Com a ABCD os Assistentes sociais podem envolver-se num processo de transferência de poder das instituições para as pessoas e comunidades locais. Abraçando a causa do direito à dignidade para todos, este só pode ser garantido com a satisfação dos direitos econômicos sociais e culturais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para Marques (2016) os (as) sem-abrigo podem ser entendidos como uma comunidade. Sustentando a sua opinião no conceito de comunidade utilizado na ABCD, e que segundo Neumann e Neumann (2004, p. 45) “comunidade significa um grupo de pessoas que compartilham de uma característica comum, uma “comum unidade” que as aproxima e pela qual elas são identificadas”. Esta ideia de comunidade está muito próxima da visão de Marchioni (1999, p. 40) que define comunidade como um conjunto de pessoas que habitam no mesmo território com certos laços e interesses em comum. Segundo este autor, a comunidade é um conjunto de quatro elementos, isto é, o território, a população, as necessidades e os recursos, sendo que a população é em simultâneo fonte de necessidades e

ao mesmo tempo um recurso/protagonista que deve participar de forma organizada no processo de desenvolvimento comunitário.

Efetivamente os (as) sem-abrigo formam uma comunidade muito peculiar. Pois como refere Polio (1999) citado por Carton, Young e Kelly (2010) tendem a constituir relações de grande proximidade e alguns indivíduos consideram mesmo os seus companheiros (as) como familiares. Esta situação pode ser constatada num estudo de jovens sem-abrigo realizado por Unger *et al.* (1998) em que esses consideravam ser mais estressante para eles a doença ou um acidente com um amigo (a)/namorado (a) do que uma doença ou acidente com um membro da família. De igual modo, os conflitos com amigos (a)/namorado (a) foram avaliados como mais estressantes do que os conflitos com membros da família.

Unger *et al.* (1998) concluem que os (as) sem-abrigo jovens veem que suas relações com os pares são da maior importância, já que esses são justamente o seu apoio social imediato. Solarz e Bogat (1990) afirmam que muitos (as) dos (as) sem-abrigo têm nenhum ou poucos contatos com a família, pelo menos um terço dos indivíduos sem-casa não têm contatos familiares e um quarto não tem suporte de amigos (as) de forma continuada. Carton, Young e Kelly (2010) citam Eyrich *et al.* (2003) para inferir que as pessoas que são sem-abrigo crônicos têm tendência para terem na sua rede de relacionamentos cotidianos outras pessoas sem-abrigo. Concluem os autores que essas redes são menos fiáveis e que os seus suportes têm menos recursos que as pessoas que vivem em habitações sociais. Para Toohey, Shinn e Weitzman (2004) o que torna o contexto mais complexo é a ausência de apoio concreto para a superação da situação de pobreza e acolhida.

Embora esta comunidade de entreatajuda possa ter efeitos positivos, Carton, Young e Kelly (2010) refere que investigações já realizadas demonstraram que as pessoas sem uma rede de suporte de amigos e familiares são mais vulneráveis, podendo apresentar um conjunto de problemas psicológicos e físicos mais graves, porque não tem algo de essencial que somente está disponível através do relacionamento interpessoal continuado.

A comunidade dos sem-abrigo tem uma particularidade, talvez única, pois segundo o Solarz e Bogat (1990), o apoio social pode funcionar de forma diferente para eles, dado que as circunstâncias de ser sem-abrigo conduzem a alterações na maneira de funcionar do apoio social relativamente a outros indivíduos. Aparentemente as redes das pessoas em situação de sem-abrigo não são capazes de os apoiar da mesma maneira que é reportada pela população em geral. Por conta disso há a necessidade de se criar redes de autoajuda, em particular com

os que vivem na rua. Existe um paradoxo que também caracteriza estas comunidades: por vezes são invisíveis, dada a sua não inscrição e desfiliação na ordem social, por outro, são multiassistidas, rotuladas e descapacitadas através de um processo de “objetificação” e de criação de dependência institucional, que é fomentado pelas instituições que supostamente as deveriam proteger e autonomizar.

A mudança de paradigma de intervenção é cada vez mais necessária e urgente. Existe a premência de se equacionarem soluções dentro das próprias comunidades para através da união exigir a liberalização e ampliação das políticas sociais no âmbito do combate à exclusão social.

Perante o cenário ultraliberal presente em muitos países e traduzido na destruição do Estado Social uma forma de resistência é chamar a cidadania a ter um papel mais ativo no âmbito da intervenção social e comunitária. Este desiderato, passa por identificar e mobilizar competências comunitárias, mais do que se focar em problemas e necessidades individuais. O objetivo é aumentar a eficácia e flexibilidade das respostas sociais ao nível local através da participação de todos os atores sociais, jamais em substituição do Estado, mas criando oportunidades e sinergias locais a fim de potencializar o desenvolvimento do bem-estar social e a defesa dos direitos sociais, ambientais, culturais e económicos. É uma cidadania comprometida com uma governança de baixo para cima (*bottom up*) com a democracia e com os direitos humanos. Ressalta-se ainda que, quando essa força está organizada, as comunidades têm o potencial de ascender aos órgãos e instituições governamentais com propostas de mudanças e investimentos em políticas públicas para acolher e atender as pessoas à margem, designadamente as que vivem em situação de sem-abrigo.

Marques (2016) defende que para se resolver os problemas dos sem-abrigo, torna-se necessário implementar um processo de desenvolvimento humano e comunitário, que valorize os talentos e a vontade de cada um (uma) e da comunidade em geral, de modo a potenciar um desenvolvimento participado, assente nos direitos humanos, capaz de entender as vicissitudes desta comunidade que enfrenta a opressão e os abusos por parte dos governos, e muitas vezes das próprias instituições que trabalham com os sem-abrigo.

Nas escritas de Angulo Sánchez (2008), o direito ao desenvolvimento humano e sustentável requer

Um modelo de sociedade que não se centre nem se reduza ao intercâmbio comercial e financeiro, tal como impõe o atual modelo de globalização neoliberal, mas sim que implique o respeito, proteção e promoção de todos os direitos humanos (civis, políticos, económicos, sociais e culturais) para todos os grupos e indivíduos, isto é,

sem excluir os mais pobres, vulneráveis e desfavorecidos (ANGULO SÁNCHEZ, 2008, p. 293).

Por esta razão Marques (2016) defende que a cidadania é um meio para a concretização da democracia. O exercício crítico do serviço social passa por colocar a inclusão social no centro do seu trabalho utilizando cotidianamente estratégias de aprofundamento e de diálogo permanente com a comunidade, com a sociedade civil, promovendo a transparência e a avaliação contínua do trabalho que é realizado. A inclusão social requer “a participação e envolvimento na sociedade, de pessoas e grupos que estão habilitados a fazê-lo na medida em que eles (as) são cidadãos” (SHEPPARD, 2006, p. 20).

Mas este processo não é simples nem rápido, pois exige ir ao encontro da pessoa humana (não do rótulo sem-abrigo) na comunidade, ajudando-a a desenvolver e a realizar o seu potencial de forma acompanhada. É este o melhor apoio social que pode ser oferecido pelo (a) assistente social para combater o processo de rotulação e estigmatização da pessoa em situação de sem-abrigo. Por vezes os (as) assistentes sociais, de forma consciente ou inconsciente, através da sua prática, reforçam a “identidade desviante” da pessoa em situação de sem-abrigo, condicionando e limitando assim a sua ação. Nesse caso o Serviço Social na prática realiza o oposto das suas intenções (SHEPPARD, 2006, p. 28 - 29) afirma o autor que “em vez de envolvidos num processo de promoção da inclusão social, os (as) assistentes sociais acabam diretamente envolvidos na exclusão social”.

Por essa razão é necessário acelerar a transição de um serviço social centrado na solução da exclusão social e na mediação entre a sociedade dominante e a marginalizada, para um exercício profissionalizado por parte dos (as) assistentes sociais focados na dignidade, na emancipação, no valor da pessoa humana e na plena inclusão social. É necessário uma outra resposta ao neoliberalismo e à incompetência governamental em atender às pessoas em pobreza e extrema pobreza que acabam em situação de sem-abrigo nas ruas ou nas instituições de acolhimento.

A resposta ao fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo não é só tarefa de assistentes sociais. Deve ser uma resposta de toda a comunidade organizada num processo de transformação social. Tal como referiu Mathie e Cunningham (2004) a noção de que só os especialistas podem dar uma ajuda real fragilizou as redes e grupos sociais e transformou os cidadãos em simples clientes ou utilizadores de serviços públicos, ONGs ou privados de assistência.

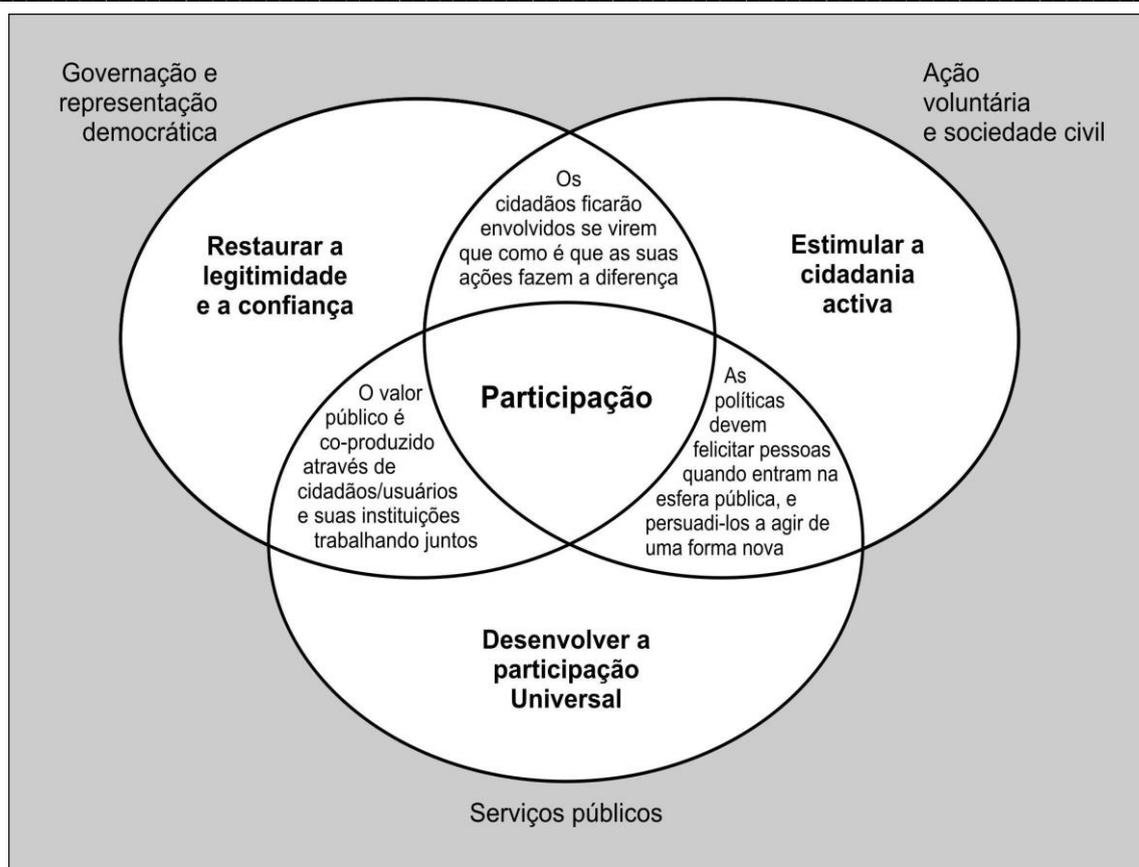
Observou-se que a metodologia ABCD permite inverter a situação acima descrita com qualidades para promover a cidadania ativa através da responsabilidade e ação conjunta na defesa do bem-comum. É uma abordagem de desenvolvimento baseado na comunidade, firmado no princípio de que o reconhecimento dos pontos fortes, dons, talentos e recursos das pessoas e das comunidades pode inspirar e motivar uma ação positiva para a mudança na comunidade, na medida em que com a cidadania a pessoa em situação de sem-abrigo pode voltar a ter autonomia sobre a sua vida, e assim, resgatar a sua liberdade.

Deve-se partir do que existe para melhorar ou tornar mais eficaz o desenvolvimento de uma comunidade potencializando tudo o que tem de bom e de positivo nela. Como defende Kretzmann e McKnight (1993) organizar uma comunidade não é determinar o que deve ser feito, mas sim, apoiá-la a encontrar o seu papel. O mesmo se pode fazer com pessoas e comunidades em situação de grave desfiliação social, como é o caso das pessoas em situação de sem-abrigo.

A resolução dos problemas dos (as) sem-abrigo exige mudança no paradigma de trabalho. Que passa por privilegiar uma metodologia de base comunitária e participativa como a ABCD, possibilitando por esta via o reforço da democracia e da participação de todas as pessoas na esfera pública. Para tal, é necessário estar preparado para celebrar a participação e a cidadania como uma atividade que pode ser expressa de várias maneiras” conforme evidenciam (SKIDMORE; CRAIG, 2005, p. 30) e que permita fortalecer os três “pilares” da esfera pública como meio para a resolução eficaz dos problemas da inclusão social.

Figura 1 - A participação e os três pilares da esfera pública³

³Skidmore e Craig (2005) – consultar em: <http://www.demos.co.uk/files/startwithpeople.pdf>



Fonte: Skidmore e Craig (2005, p. 30).

É através da participação de todos (as) que se pode melhorar a intervenção do Serviço Social e ir além da “excessiva atenção às problemáticas individuais e à elaboração de perfis psicossociais” (AGULLES MARTOS, 2019, p. 270). É necessário também um maior envolvimento das pessoas em situação de sem-abrigo nas respostas aos seus problemas. Além disso, as instituições e serviços sociais devem desenvolver uma avaliação sistemática das necessidades desses usuários, ultrapassando uma prática tradicional de prestar apoio social de acordo com o que intuitivamente acreditam ser as necessidades básicas dessa população (ACOSTA; TORO, 2000). É importante observar que “não há diferença significativa entre as formas formais e informais de apoio social”, contudo (MACIAS, 2015, p. 54), afirma que uma abordagem mais holística e de base comunitária tem um maior potencial de sucesso, dado que a “integração na comunidade da pessoa proporciona um sentimento de pertencimento a uma estrutura social ampla que faz nascer um sentido geral de identidade social” (GARCÍA; HERRERO, 2006, p. 329).

Neste contexto, configura-se necessário aprofundar as intervenções no serviço social fundadas nos afetos, de modo a recuperar uma mediação mais humanista entre as instituições e seus usuários, legitimada por uma democracia também emocional (MARQUES *et al.*, 2011)

dato que os afetos são um sentimento emancipador que está em paralelo à ação ética e política sustentada na filosofia da felicidade de Espinoza.

O desenvolvimento da comunidade baseado em ativos reconhece a importância da troca entre pessoas que compartilham seus dons e recursos, criando conexões que são em si mesmo um bem vital para a comunidade e para as pessoas em situação de sem-abrigo. Todas as evidências históricas indicam que um desenvolvimento comunitário significativo só ocorre quando as pessoas da comunidade local estão empenhadas em investir em si próprias e nos seus recursos num esforço coletivo. Por isso (KRETZMANN; MCKNIGHT, 2005) afirmam que não se pode desenvolver a comunidade de cima para baixo, ou de fora para dentro.

Considerações Finais

O serviço social tem entre suas demandas emergenciais o atendimento às vulnerabilidades sociais. A situação de pessoas sem-abrigo é a própria vulnerabilidade social que aparece pela pobreza, pela marginalização, pela exclusão causada pelas políticas do Estado neoliberal, das políticas de exploração das massas e da falência das políticas públicas e sociais. É o desenho da desumanização causada pela ausência de políticas que aparece no acúmulo de milhares de pessoas sem-abrigo.

Esse quadro de aumento da estratificação e exclusão social é também o resultado do viés político adotado pelos governantes, avessos ao Estado-providência de bem-estar social (*welfare state*) como agente de promoção social, voltados ao bem comum e aos direitos humanos. Vale lembrar que em 2020 o Brasil voltou a constar na lista do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (FAO) que enfeitado em 2014.

A situação de pobreza e de exclusão social se materializam nas questões sociais. As pessoas em situação de sem-abrigo são um número cada vez maior na realidade brasileira. Vivem-se tempos de aumento de pessoas que perambulam pelas ruas sem um teto, sem família e sem amparo do Estado. Essas pessoas estão sujeitas a ausência de vínculos familiares, ao desemprego, à violência, à perda da autoestima, ao alcoolismo, ao uso de drogas e ao aumento das doenças mentais, essas que são as principais causas e consequências da situação vivida pelas pessoas sem-abrigo.

Este trabalho apresenta a metodologia ABCD como um aporte a ser desenvolvido pelos assistentes sociais para potencializar a resiliência e o fortalecimento da própria

comunidade, neste caso, para a acolhida e desenvolvimento das pessoas sem-abrigo. O fortalecimento de alianças, a organização de grupos de apoio, às estratégias de agregação familiar e social torna-se um plano de contingência que acaba por tornar a comunidade um meio para a superação dos desafios, para locais onde o Estado não chega.

Os sem-abrigo não precisam apenas de alojamento, benefícios sociais, cuidados de saúde, educação e formação. Isso eles encontram, mesmo que muitas vezes precarizados em muitas instituições de apoio. A necessidade dessa massa populacional vai muito além. É necessário implantar a intervenção em comunidade como uma forma de fortalecer a própria comunidade para o enfrentamento da alienação cidadã, das opressões e das explorações sofridas, e em paralelo, para fortalecer a representação social e política da comunidade.

O desenvolvimento da cidadania e da democracia é de extrema necessidade nas comunidades periféricas onde estão as pessoas vulneráveis, e nas ruas dos grandes centros onde moram os sem-abrigo. Essas pessoas estão à margem dos direitos fundamentais, geralmente alienadas face às políticas que são desenvolvidas para elas. A gestão participativa e o envolvimento nas questões políticas são um dos aspectos a serem trabalhados pelos assistentes sociais por esta metodologia. Intervindo para o resgate da resignificação e do sentimento de pertencimento a uma estrutura social ampla que faz nascer um sentido geral de identidade social.

Pelo fortalecimento das comunidades, o assistente social tem acesso às múltiplas ferramentas de promoção social que não encontrará somente na práxis do trabalho institucional. O fortalecimento da própria profissão de serviço social está diante das intervenções bem aceitas pelas pessoas da comunidade, dadas pelas aproximações e pelo êxito local mediante à evolução das suas potencialidades.

É imprescindível o deslocamento das ações e intervenções sociais de baixo para cima. Partindo das necessidades e das proposições das comunidades à gestão e governança dos benefícios e políticas públicas. O primeiro passo requer conhecer *in loco* as pessoas, suas necessidades e potencialidades, para juntos, serviço social e comunidades, articularem meios de mobilização política com representação comunitária.

A política aos pobres sempre foi elaborada sem a participação dos próprios sujeitos. Por isso, deve-se investir no comprometimento popular que se inicia pela organização comunitária, dificilmente esse quadro vai ser alterado com a alienação dos sujeitos da

comunidade. Sem isso, dificilmente a gestão da pobreza terá um revés ao ponto de diminuir as massas sobrantes que estão nas ruas à mercê de apoios institucionais pífios.

Esse estado crítico requer assistentes sociais interventivos em comunidades, com abordagens e metodologias para a agregação e fortalecimentos dos sujeitos em seus próprios espaços. Ali estão o diagnóstico social, a abordagem social, o *in loco* das políticas públicas, ao lado dos *flâneurs* contemporâneos, dos desabrigados, desempregados, abandonados e dos sem-abrigo.

São necessárias muitas frentes e ações articuladas de planejamento e trabalho. A metodologia ABCD propõe ao Assistente Social uma possibilidade para restaurar a legitimidade e a confiança das pessoas da comunidade, estimular a cidadania ativa e desenvolver a participação universal.

Referências

ACOSTA, Oscar; TORO, Paul A. Let's ask the homeless people themselves: a needs assessment based on a probability sample of adults. **American Journal of Community Psychology**, New York, v. 28, n. 3, p. 343–366, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1005105421548>.

AGULLES MARTOS, Juan Manuel. Las personas sin hogar y exclusión residencial ¿hacia un cambio de paradigma? **Cuadernos de Trabajo Social**, Madrid, v. 32, n. 2, p. 265-275, 2019.

ANGULO SÁNCHEZ, Nicolás et al. El desarrollo como derecho humano. **Entelequia**. Revista Interdisciplinar, España, n. 6, p. 291-300, spring 2008.

BEZBORUAH, Karabi. Building and strengthening communities: what works? What doesn't? *In*: STOUT, Mike; HARRIST, Amanda W. (ed.). **Emerging issues in family and individual resilience: research, policy, and programs**. Tulsa, OK: Center for Public Life, Oklahoma State University, 2021. p. 1-17

CARTON, Adam D.; YOUNG, M. Scott; KELLY, Kristine M. Changes in sources and perceived quality of social supports among formerly homeless persons receiving assertive community treatment services. **Community Mental Health Journal**, New York, v. 46, n. 2, p. 156-163, 2010. DOI 10.1007/s10597-009-9185-8.

CENTRAL COAST COMMUNITY CONGRESS WORKING PARTY. **Building your community how to get started an asset based community development tool kit**. 2003. Disponível em: http://www.communitybuilders.nsw.gov.au/Making_Headway_ToolKit.pdf. Acesso em: 8 mar. 2021.

COUTO, Camille. População abaixo da linha da pobreza triplica e atinge 27 milhões de brasileiros. **CNN**, Rio de Janeiro, 8 abr. 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/04/08/populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza-triplica-e-atinge-27-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CUNNINGHAM, Gord; MATHIE, Alison. **Asset-Based Community Development - An Overview**. Nova Scotia: Coady International Institute, 2002. Disponível em: <http://www.synergos.org/knowledge/02/abcdoverview.htm>. Acesso em: 8 abr. 2021.

DICIONÁRIO de inglês – português. 3. ed. Porto: Porto Editora, 1998. p. 41.

FURLAN, Leonardo. CARAMELLI, Bruno. The regrettable story of the “Covid Kit” and the “Early Treatment of Covid-19” in Brazil. **The Lancet Regional Health – Americas**, Amsterdã, v. 4, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lana.2021.100089>

GARCÍA, Enrique; HERRERO, Juan. La comunidad como fuente de apoyo social: evaluación e implicaciones en los ámbitos individual y comunitario. **Revista Latinoamericana de Psicología**, Bogotá, CO, v. 38, n. 2, p. 327-342, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80538207>. Acesso em: 12 abr. 2021.

HARMS, John, B. Community context and family resilience. In: STOUT, Mike; HARRIST, Amanda W. (ed.). **Emerging issues in family and individual resilience: research, policy, and programs**. Tulsa, OK: Center for Public Life, Oklahoma State University, 2021. p. 109-119.

HWANG, Stephen W.; KIRST, Maritt J.; CHIU, Shitley; TOLOMICZENKO, George; KISS, Alex; COWAN, Laura; LEVINSON, Wendy. Multidimensional social support and the health of homeless individuals. **Journal of Urban Health**, New York, v. 86, n. 5, p. 791-803, 2009. DOI 10.1007/s11524-009-9388-x

IRWIN, Jay; LAGORY, Mark; RITCHEY, Ferris; FITZPATRICK, Kevin. Social assets and mental distress among the homeless: exploring the roles of social support and other forms of social capital on depression. **Social Science & Medicine**, Oxford, GB, v. 67, n. 12, p. 1935-1943, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/cisne.sim.ucm.es/10.1016/j.socscimed.2008.09.008>. Acesso em: 22 mar. 2021.

KRETZMANN, John P.; MCKNIGHT, John. L. **Building communities from the inside out: a path toward finding and mobilizing a community's assets**. Chicago, IL: Asset-Based Community Development Institute; Evanston, IL: Institute for Policy Research, Northwestern University, 1993.

KRETZMANN, John, P.; MCKNIGHT, John, L. **A guide to mobilizing local assets and your organization 's capacity**. 2005. Disponível em: <http://www.abcdinstitute.org/docs/kelloggabcd.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2021.

MACIAS, Carmen T. **The impact of social support on the length of homelessness**. 2015. Dissertations (Master of Social Work) - School of Social Work, California State University, San Bernardino - CSUSB, San Bernardino, CA, 2015. Disponível em: <https://scholarworks.lib.csusb.edu/etd/164>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MARCHIONI, Marco. **The impact of social support on the length of homelessness comunidad, participación y desarrollo- teoría y metodología de la intervención comunitaria**. Madrid: Editorial Popular, 1999. Disponível em: <http://carmonje>.

wikispaces.com/file/view/Comunidad,%20participaci%C3%B3n%20y%20desarrollo%20-%20Marco%20Marchion.pdf. Acesso em: 3 abr. 2021.

MARQUES, Eduardo *et al.* Democracia de afectos e estratégias de intervenção pelos afectos no serviço social. *In*: PINTO, Henrique (org.). **Actores sociais**: uma força ímpar na defesa dos afectos e direitos. Lisboa: Padrões Culturais Editora, 2011.

MARQUES, Eduardo. **Pessoas sem-abrigo na cidade de Coimbra**: contagem, principais necessidades, caracterização psicossocial e desafios para o Serviço Social. Tesis (Doctoral) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2016. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/38755/1/T37604.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MARQUES, Eduardo; SCHMITT, Adriana R. V. O serviço social ambiental: compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 607-616, set./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79661>

MATHIE, Alison; CUNNINGHAM, Gord. From clients to citizens: asset-based community development as a strategy for community-driven development. **Development in Practice**, London, v. 13, n. 5, p. 474-486, nov. 2003.

MCKNIGHT, John. **Looking for help - ABCD – model or methodology?** Destinatário: HEMISFÉRIOS.solidarios@gmail. [S. /], 6 jan. 2014. 1 mensagem eletrônica.

NASCIMENTO, Luciano. Pandemia de covid-19 eleva índices de pobreza na América Latina. **Agência Brasil**, Brasília, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-03/pandemia-de-covid-19-eleva-indices-de-pobreza-na-america-latina>. Acesso em: 8 mar. 2021.

NEUMANN, Lycia Tramujas; NEUMANN, Rogerio Arns. **Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais – ABCD**. São Paulo: Global: IDIS, 2004.

REITZES, Donald C.; CRIMMINS, Timothy J.; YARBROUGH, Johanna; PARKER, Josie. Social support and social network ties among the homeless in a downtown Atlanta Park. **Journal of Community Psychology**, New York, v. 39, n. 3, p. 274-291, 2011. Doi: 10.1002/jcop.20431

SHEPPARD, Michael. **Social work and social exclusion**: the idea of practice. Hampshire: Ashgate, 2006.

SKIDMORE, Paul; CRAIG, John. **Start with people**: how community organizations put citizens in the driving seat. London: Demos, 2005. Disponível em: [http://www.demos.co.uk/files/start withpeople.pdf](http://www.demos.co.uk/files/start%20withpeople.pdf). Acesso em: 19 mar. 2021.

SOLARZ, Andrea; BOGAT, G. Anne. When social support fails: the homeless. **Journal of Community Psychology**, New York, n. 18, p. 79-96, 1990.

TOOHEY, Siobhan, M.; SHINN, Marybeth; WEITZMAN, Beth. Social networks and homelessness among women heads of household. **American Journal of Community Psychology**, New York, v. 33, n. 1-2, p. 7-20, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/B:AJCP.0000014315.82860.d2>. Acesso em: 19 mar. 2021.

TORONTO COMMUNITY FOOD ANIMATORS. **How to start a Community Garden Workshop**. Toronto: TCGN, 2008. Handbook-2008. Disponível em: [http://tcgn.ca/wpcontent/uploads/2015/04/CommunityGarden Handbook-2008.pdf](http://tcgn.ca/wpcontent/uploads/2015/04/CommunityGarden%20Handbook-2008.pdf). Acesso em: 28 mar. 2021.

UNGER, Jennifer, B.; KIPKE, Michele D.; SIMON, Thomas R.; JOHNSON, Christine J.; MONTGOMERY, Susanne B.; IVERSON, Ellen. Stress, coping, and social support among homeless youth. **Journal of Adolescent Research**, Newbury Park, v. 13, n. 2, p. 134-157, 1998. DOI 10.1177/074355489813200

Recebido em: 02/06/2021

Aceito em: 14/06/2022